

CIDADANIA, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE

The background of the page is a light gray grid of squares. In the bottom right corner, there are several overlapping teal-colored geometric shapes, including a triangle and a parallelogram.

CIDADANIA, DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE

**MARCELO MOCARZEL
RENATA VASCONCELLOS
ANA CRISTINA FRANCISCO
(Organizadores)**

**Teresópolis
2024**

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO

Antônio Luiz da Silva Laginestra

Presidente

Jorge Farah

Vice-Presidente

Luiz Fernando da Silva

Secretário

Carlos Alberto Oliveira Ramos da Rocha

José Luiz da Rosa Ponte

Paulo Cezar Wiertz Cordeiro

Wilson José Fernando Vianna Pedrosa

Vogais

Luis Eduardo Possidente Tostes

Direção Geral

Michele Mendes Hiath Silva

Direção de Planejamento

Solange Soares Diaz Horta

Direção Administrativa

Fillipe Ponciano Ferreira

Direção Jurídica

CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – UNIFESO

Verônica Santos Albuquerque

Reitora

Roberta Montello Amaral

**Direção de Pós-Graduação,
Pesquisa e Extensão**

Mariana Beatriz Arcuri

Direção Acadêmica de Ciências da Saúde

Vivian Telles Paim

**Direção Acadêmica de
Ciências e Humanas e Tecnológicas**

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel

Direção de Educação a Distância

HOSPITAL DAS CLÍNICAS COSTANTINO OTTAVIANO – HCTCO

Rosane Rodrigues Costa

Direção Geral

CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – CESO

Roberta Franco de Moura Monteiro

Direção

CENTRO CULTURAL FESO PROARTE – CCFP

Edenise da Silva Antas

Direção

EDITORA UNIFESO

Comitê Executivo

Roberta Montello Amaral
Presidente

Jucimar André Secchin
Coordenador de Pesquisa

Assistente Editorial

Matheus Moreira Nogueira

Formatação

Matheus Moreira Nogueira

Conselho Editorial e Deliberativo

Roberta Montello Amaral
Mariana Beatriz Arcuri
Verônica dos Santos Albuquerque
Vivian Telles Paim

Design Gráfico

Diogo Pivari

Capa

Diogo Pivari

C51 Cidadania, diversidade e sustentabilidade / Marcelo Mocarzel, Renata Vasconcellos, Ana Cristina Francisco (organizadores). – Teresópolis, RJ: UNIFESO, 2024.
35 p.

ISBN 978-65-87357-95-9

1. Diversidade, Equidade, Inclusão. 2. Diversidade de Gênero. 3. Racismo.
I. Mocarzel, Marcelo. II. Vasconcellos, Renata. III. Francisco, Ana Cristina.

CDD 323.6

EDITORA UNIFESO

Avenida Alberto Torres, nº 111

Alto - Teresópolis - RJ - **CEP:** 25.964-004

Telefone: (21) 2641-7184

E-mail: editora@unifeso.edu.br

Endereço Eletrônico: <http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	7
<i>Victor Claudio Gomes de Oliveira</i>	
DESIGUALDADE SOCIAL E VULNERABILIDADES	10
<i>Tainah Simões Sales Thiago</i>	
FAKE NEWS, PARA ALÉM DE NOTÍCIAS FALSAS	12
<i>Roberto Cardoso Freire da Silva</i>	
GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL	14
<i>Victor Claudio Gomes de Oliveira</i>	
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ALGORITMOS E RACISMO	18
<i>Roberto Cardoso Freire da Silva</i>	
NÃO SER RACISTA OU SER ANTIRRACISTA: HÁ DIFERENÇA?	22
<i>Gerusa Faria Rodrigues</i>	
QUEM SÃO OS POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL?	24
<i>Ana Cristina Borges López M. Francisco</i>	
TRILHAS INSUBMISSAS: INTERLOCUÇÕES COM O PENSAMENTO DECOLONIAL PARA REAPRENDER O MUNDO	26
<i>Daise dos Santos Pereira</i>	
UMA INTRODUÇÃO AO CONSUMO SUSTENTÁVEL	29
<i>Juliana Müller</i>	
VIVEMOS EM UM PAÍS RACISTA? DA ESCRAVIDÃO AO RACISMO ESTRUTURAL	32
<i>Gerusa Faria Rodrigues</i>	
VIVEMOS NUMA DEMOCRACIA?	34
<i>Tainah Simões Sales Thiago</i>	

APRESENTAÇÃO

Este livro é parte de uma coleção produzida pelos conteudistas das Disciplinas Institucionais do Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso) – Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, Empreendedorismo e Inovação, Cenários, Cultura e Globalização e Metodologia da Pesquisa.

As Disciplinas Institucionais foram criadas para que pudessem atender às demandas comuns a todos os cursos de graduação do Unifeso, considerando suas políticas de ensino, em especial as políticas públicas transversais, como a Educação Ambiental, a Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e a Educação em Direitos Humanos.

Neste sentido, este livro e os outros três trazem textos que podem auxiliar os estudantes ao longo de sua formação, mas que transcendem o papel de material instrucional e tornam-se referências para consultas, pesquisas e outras atividades. Assim, tanto a versão e-book como a audiobook trazem possibilidades de atingir um público interessado em discussões interdisciplinares e contemporâneas, pensadas de maneira profunda, mas apresentadas de maneira simples e objetiva por nossos especialistas.

Desejamos uma ótima leitura.

OS ORGANIZADORES



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Victor Claudio Gomes de Oliveira

Mestrando em Educação (UCP), especialista em Direitos Humanos (Focus), especialista em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão (Unise), graduado em Ciência Contábeis (Unifeso).

<https://lattes.cnpq.br/3814208428418025>

Falar em acessibilidade e inclusão é complexo, pois não envolve apenas pessoas com deficiência, mas sim, ações que promovam o acesso e a inclusão, assunto que envolve toda a sociedade.

O trajeto a ser percorrido é longo, até que se reconheça que ofertar acessibilidade a todos os seres humanos é oferecer caminhos de libertação e imensa valorização da cidadania e da individualidade.

Enquanto sociedade todos são responsáveis por proporcionar a inclusão a um vasto universo de pessoas, a saber: indivíduos com várias deficiências, idosos, pessoas com doenças, mobilidade reduzida, passando por procedimentos ou tratamentos médicos e ainda situações diferentes, que as limitam de estarem ativas socialmente, seja em suas vidas pessoais, universitária/escolar, ou em suas funções laborais, além dos grupos minoritários e minorizados, como por exemplo, a população LGBTQIAPN+, os refugiados e as mulheres.

Destaca-se que acessibilidade vai muito além de um piso tátil, uma placa em Braille, uma rampa ou vagas em um estacionamento reservadas para idosos ou pessoas com deficiência. Acessibilidade e inclusão são as expressões da conscientização ética e moral relacionada a uma comunidade pela qual a sociedade, como um todo, compartilha responsabilidade.

Enquanto seres históricos, os seres humanos observam suas necessidades cotidianas e vão se transformando, mudando seus hábitos e criando ferramentas ou instrumentos que tornam suas vidas mais fáceis e com maior qualidade de vida. A evolução humana é a prova de que acessibilidade é fundamental para toda a sociedade.

ACESSIBILIDADE, UM CAMINHO PLURAL

As definições clássicas de acessibilidade são acesso a algo ou a alguma coisa; qualidade do que é acessível.

Segundo a norma técnica da ABNT, NBR 9050/2020, acessibilidade é a

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural.

É crucial reconhecer as múltiplas dimensões da acessibilidade, especialmente à luz da humanidade interseccional e diversa. A acessibilidade abrange diversas facetas. É um caminho para a inclusão, uma oportunidade para uma convivência enriquecedora, uma forma de comunicação e a presença de estruturas físicas adaptadas.

A discussão sobre diversidade no âmbito da acessibilidade ainda é incipiente e requer compreensão e aplicação para abordar suas lacunas e desafios. É equivocado limitar a acessibilidade apenas às necessidades das pessoas com deficiência, pois essa visão é reducionista diante da variedade de situações de vida existentes. Além das considerações estruturais e das ferramentas disponíveis, é imprescindível enfatizar a Acessibilidade Atitudinal, na qual as atitudes devem ser pautadas pelo respeito, pela consideração e, acima de tudo, pela empatia.

Nesse sentido, é inaceitável perpetuar estigmas, preconceitos e discriminações, seja através de projetos arquitetônicos que segregam ou marginalizam pessoas com necessidades específicas, ou ainda discriminá-las com base em sua etnia, cor da pele, identidade de gênero ou orientação sexual.

INCLUSÃO, UMA MISSÃO DE TODOS

Na temática da inclusão, além do próprio termo, é preciso entender os conceitos que o permeiam.

Exclusão refere-se ao processo pelo qual indivíduos ou grupos são sistematicamente marginalizados, privados de acesso a recursos, oportunidades e direitos fundamentais, resultando em sua desvinculação e desvantagem dentro da sociedade.

Segregação, por sua vez, é a prática de separar grupos com base em características como raça, etnia, classe social ou outras características, muitas vezes institucionalizadas a partir de políticas discriminatórias ou normas sociais.

Integração, em contrapartida, é o processo de reunir diferentes grupos, promovendo a interação. Ainda que exista uma tentativa de eliminar barreiras e promover a coesão social, a equidade não é alcançada.

Por fim, inclusão envolve garantir que todos os indivíduos tenham acesso equitativo aos recursos, participação ativa na sociedade e reconhecimento de sua dignidade e valor, visando uma sociedade mais justa e igualitária, independente das necessidades e interseccionalidades de cada pessoa.

A inclusão é inerente a todos, sendo necessária a compreensão de que pessoas são interseccionais, o que as torna únicas. O respeito às individualidades de cada um levam a evolução humana, fazendo com que a sociedade se desenvolva, entendendo que todos fazem parte dela.

A promoção da inclusão é uma questão ampla e fundamental que começa no seio familiar, onde o respeito às diferenças contribui para uma convivência social saudável e o desenvolvimento integral dos indivíduos. Famílias que enfrentam desafios específicos

requerem não apenas apoio emocional e financeiro, mas também o suporte da sociedade e do Estado para lidar com questões complexas e superar estigmas. A convivência harmoniosa entre família e sociedade é essencial para garantir a inclusão plena de todos os indivíduos, embora esse processo não seja simples e exija o comprometimento de todos os envolvidos.

Para Sasaki (2005),

inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas e a sociedade, buscam em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

A sociedade está longe da equidade e da efetiva aceitação das diferenças. Porém o simples fato de refletir e discutir acerca desse assunto, é sem dúvida, o primeiro passo em direção a um mundo mais justo e consciente.

As múltiplas formas de acessibilidade e inclusão estão intrinsecamente ligadas a vida e ao convívio com outras pessoas cotidianamente. Então, estudar, informar-se e cooperar são atitudes imprescindíveis para a realização do papel de todos em uma sociedade acessível e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 2005.



DESIGUALDADE SOCIAL E VULNERABILIDADES

Tainah Simões Sales Thiago

*Doutora em Direito (UFC), mestre em Direito (UFC),
graduada em Direito (Unifor)*

<http://lattes.cnpq.br/5007416477494880>

Nesta trilha, discutimos as desigualdades e as vulnerabilidades sociais. Buscamos compreender os conceitos de pobreza e a sua evolução histórica, bem como questionamos a adoção de critérios unicamente monetários para aferição da pobreza na atualidade. Analisamos a repercussão do período escravocrata para manutenção das desigualdades na contemporaneidade, além de discutir também os conceitos de mínimo existencial, igualdade e desigualdade.

Os temas propostos são essenciais para compreendermos a realidade de nosso país. Devemos ter em mente que 388 anos da manutenção do regime escravocrata (ou seja, 2/3 da história do Brasil – considerando a partir da chegada dos portugueses) repercutem até hoje nos mais diversos índices sociais que envolvem economia e desenvolvimento humano.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão nas Américas. Estima-se que o país recebeu 4,8 milhões dos 10,7 milhões de escravizados que conseguiram desembarcar (pois mais da metade morria no trajeto, em decorrência de doenças, maus tratos e tortura)¹. Com a abolição da escravidão, não houve a criação de políticas públicas ou a garantia de direitos básicos como educação, saúde, moradia e condições dignas de trabalho a esta população que continuou à margem da sociedade². Tais dados demonstram a gravidade de um passado que ainda bate em nossa porta. Os índices de escolaridade, encarceramento, mercado de trabalho e desenvolvimento humano da atualidade revelam que o racismo continua nas estruturas de nossa sociedade.

Sueli Carneiro³ explica que a desigualdade social no país decorre da ausência de medidas adotadas pelo Estado após a abolição da escravidão, que ocorreu em 1889. Em 1872, realizou-se o primeiro censo demográfico, que constatou a existência de 1,5 milhão de escravizados e que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade entre eles, indicando, portanto, as péssimas condições de vida dessa parcela da população. Com o fim da escravidão, não foram adotadas políticas de redistribuição de renda ou de inserção dos antigos escravizados no mercado de trabalho, deixando-os desamparados e sem condições dignas de sobrevivência.

Desse modo, não houve reais modificações na estrutura e organização da produção, na circulação e na redistribuição de riquezas com a abolição. Ademais, ainda era latente a

1 SCHWARCS, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

2 GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

3 CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: selo negro, 2011.

discriminação em relação aos antigos escravizados. Formalmente, eles eram livres. Entretanto, não havia liberdade material. A desigualdade social tornou-se um grave problema e ainda é uma realidade alarmante.

Por isso, a garantia de direitos por lei, a criação de ações afirmativas e políticas públicas se fazem tão necessárias para garantir o aumento do acesso dos cidadãos aos serviços públicos referentes à habitação, saneamento básico, educação e alimentação. A luta contra a pobreza e contra a desigualdade não deve ater-se apenas ao crescimento econômico, na renda per capita da população. Exige-se mais: ações conjuntas nas áreas de educação, saúde, moradia e capacitação profissional.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: selo negro, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SCHWARCS, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



FAKE NEWS, PARA ALÉM DE NOTÍCIAS FALSAS

Roberto Cardoso Freire da Silva

Doutor em Educação (Unesa), mestre em Educação (Unesa), especialista em Inteligência Artificial na Prática (Fameesp), graduado em Propaganda e Marketing (Unesa).

<http://lattes.cnpq.br/5554122156574905>

A ascensão do Big Data e da Inteligência Artificial trouxeram avanços e desafios, entre estes, a ameaça *Fake News*, que para além de notícias falsas, vem impactando as liberdades individuais e a integridade das democracias. Trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, em que os conteúdos falsos propagados, representam apenas a sua face mais visível.

Como o sociólogo catalão Manuel Castells destaca, não é de hoje que a comunicação tem sido utilizada como uma ferramenta de manipulação, o que se difere na atualidade, é o nível de sofisticação das técnicas manipulativas utilizadas com o uso de nossos dados pessoais. Neste novo contexto tecnológico em que os algoritmos tendem a ser observados como neutros (O'Neil, 2020), em função da lógica matemática que os orienta, Castells (2019, p. 29) observa que os processos de comunicação, como parte das relações de poder, permitem uma “moldagem de mentalidades [de] forma mais decisiva e duradoura [...] do que a subordinação de grupos por intimidação ou violência”

Assim, mais que de notícias falsas, o que temos vivenciado na atualidade são formas complexas e aprimoradas de controle e manipulação a partir de nossos valores, identificados a partir de algoritmos de Inteligência Artificial (IA) a partir dos dados gerados em nossas interações nas mídias sociais. Informações que permitem identificar gatilhos mentais para modular nossos comportamentos (Silveira, 2018), a partir de nossos gostos, valores e opiniões utilizados na concepção de conteúdos enganosos. Um processo dinâmico e segmentado de conteúdos específicos, em que os dominados passam a ser conduzidos em função dos interesses daqueles que os manipulam, servindo mesmo sem perceber a causas que entendem como suas.

O fenômeno *Fake News* passa a ganhar maior notoriedade, devido aos seus potenciais impactos que passam a ser observados em democracias e na estrutura social. O que pode ser especialmente observado em eventos como o referendo do Brexit, que resultou na saída do Reino Unido da União Europeia e na eleição presidencial dos EUA em 2016, que culminou na vitória de Donald Trump. Ambos eventos marcados pela disseminação de conteúdos enganosos, com a participação da empresa de inteligência de dados Cambridge Analytica .

Dos diferentes fatores que viriam contribuído com o fenômeno, para além das plataformas tecnológicas utilizadas, destacam-se condições socio-tecnológicas propícias, fomentadas a partir do modelo de negócio adotado pelas grandes corporações do Vale

do Silício. Um gigantesco mercado de dados, alimentado a partir de nossas interações nas inúmeras plataformas que utilizamos, em especial nas mídias sociais, expandindo as vitrines de anúncio, que fazem dessas empresas as mais ricas do mundo (Silva, Roberto; Carvalho, 2022, 2020).

A Trilha “Fake News, para Além de Notícias Falsas” surge como uma oportunidade para explorarmos de forma mais abrangente, os diferentes avanços e mecanismos que têm propiciado esse fenômeno na sociedade contemporânea. De modo que possamos melhor compreender as ramificações, estratégias e intencionalidades que favorecem sua propagação.

Para este entendimento, discutiremos ao longo do percurso aspectos interdisciplinares do fenômeno, envolvendo estratégias de comunicação, as relações de poder e aspectos motivacionais envolvidos. Esperamos assim, colaborar com uma perspectiva mais ampla do fenômeno, favorecendo o seu enfrentamento. Ao participar da trilha, os estudantes também serão estimulados a refletir sobre o seu papel enquanto cidadãos responsáveis por suas ações e suas consequências dentro e fora dos ambientes virtuais que fazem parte.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. tradução: Vera Lúcia Mello. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

O’NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia**. tradução: Alexandre Werneck. 1. ed. Santo André: Rua do Sabão, 2020.

SILVA, Roberto; CARVALHO, Jaciara. Algoritmos e Fake News: a importância da formação crítica de graduandos de TI. **Revista e-Curriculum**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 1826–1847, 28 dez. 2022.

SILVA, Roberto; CARVALHO, Jaciara De Sá. Fake News, implicações sociais e urgência do diálogo na Educação. **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 155–175, 6 ago. 2020.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio. **A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes sociais**. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2018. p. 31-46.



GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Victor Claudio Gomes de Oliveira

Mestrando em Educação (UCP), especialista em Direitos Humanos (Focus), especialista em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão (Unise), graduado em Ciência Contábeis (Unifeso).

<https://lattes.cnpq.br/3814208428418025>

Nos últimos anos observa-se a sociedade debatendo, com maior afinco, questões relacionadas a grupos minoritários ou minorizados. Gênero e orientação sexual são marcadores sociais de desigualdade. A questão é que muito se discute, pouco se avança, e, infelizmente, às vezes se retrocede.

O Brasil, é o país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+. De acordo com dados do *Dossiê Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil, em 2022*, a cada 32 horas uma pessoa foi vítima fatal da LGBTfobia.

Recentemente, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que propõe a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo, direito assegurado pelo Supremo Tribunal Federal – STF, desde 2011, por meio de jurisprudência, que reconhece a união homoafetiva como um núcleo familiar, considerando que o casamento garante os mesmos direitos que casais heteronormativos possuem, como pensão e plano de saúde.

Em se tratando de violência contra a mulher, a 4ª edição da pesquisa *Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil*, aponta que em 2022, mais de 18 milhões de mulheres foram vítimas de violência psicológica, física ou sexual. Se comparada às edições anteriores é possível observar crescimento em todas as formas de violência.

SEXO, GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

É importante entender que a sexualidade das pessoas se desenvolve de diversas maneiras, e para compreendê-la é necessário antes distinguir as diferenças de sexo, gênero, identidade e orientação sexual.

SEXO, GÊNERO, IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL	
Sexo	É biológico, divide-se em macho, fêmea e intersexo. Caracteriza-se por órgãos reprodutivos e cromossomos, entretanto, no caso de pessoas intersexo, não é tão simples essa definição, haja vista que podem nascer com características de macho e fêmea.
Gênero	É a construção cultural. O que a sociedade espera de um indivíduo, a partir do nascimento, considerando exclusivamente as genitais.
Identidade de Gênero	É como a pessoa se identifica. Logo, o gênero que é atribuído a uma pessoa no ato do nascimento, não necessariamente será como ela se identificará. Uma pessoa, biologicamente macho, pode se identificar com o gênero feminino. Assim, como uma pessoa biologicamente fêmea, pode se identificar com o gênero masculino (transgeneridade). Existem também, pessoas não binárias, que podem não se identificar com o gênero masculino, nem com o gênero feminino ou se identificar com os dois.
Orientação sexual	É por quem a pessoa sente atração afetiva ou sexual.

Fonte: Autor, 2024.

A partir do quadro, observa-se a distinção entre gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Atualmente a sigla LGBTQIAPN+ contempla uma diversidade que não para de crescer. Não é uma questão de letras, mas sim de representatividade.

L Lésbicas: mulheres que sentem atração sexual e/ou afetiva por outras mulheres
G Gays: homens que sentem atração sexual e/ou afetiva por outros homens
B Bissexuais: pessoas que sentem atração sexual e/ou afetiva por mais de um gênero
T Transgêneros: pessoas que não se identificam com seu gênero biológico e assumem uma identidade diferente de seu nascimento. Nesse grupo estão ainda as travestis, que não se reconhecem no gênero masculino, mas em uma expressão de gênero feminina
Q Queer: identidades e expressões de gênero e sexualidade que não se encaixam nas normas da heteronormatividade (de heterossexualidade ou binarismo de gênero), como drag queens
I Intersexo: pessoas nascidas com características biológicas (genitais, hormônios, etc.) que não se enquadram nas definições típicas de sexo masculino ou feminino
A Assexuais: aqueles que não sentem atração sexual por outras pessoas
P Pansexuais: indivíduos que sentem atração sexual e/ou afetiva por outras pessoas, independentemente do gênero ou identidade de gênero
N Não-binários: pessoas que não se identificam com nenhum gênero, ou que se identificam com vários gêneros
+ O "+" representa outras identidades e orientações sexuais não mencionadas na sigla e gêneros fluídos, reconhecendo a vasta diversidade que existe

Fonte: Adaptado pelo autor, 2024.

A sociedade incentiva algumas orientações e identidades, em detrimento de outras. Essa construção social denomina-se matriz da heterossexualidade compulsória. Em alguns países, pessoas que não se enquadram nesta definição são tratadas como criminosas.

MATRIZ DA HETEROSEXUALIDADE COMPULSÓRIA			
Originador Biológico	Sexo	Gênero	Orientação Sexual
Pênis	Macho	Masculino	Afeto/atração por mulheres
Vulva	Fêmea	Feminino	Afeto/atração por homens

Fonte: Autor, 2024.

Sexo, identidade de gênero e orientação sexual não são escolhas. É possível que uma pessoa se furte do direito de ser o que é ou de se relacionar com quem deseja para tentar se encaixar em um padrão de sexualidade ou ser aceito. Nessa questão, cabe a reflexão do impacto das consequências psicológicas que esse comportamento pode causar.

A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+: PASSABILIDADE OU MARGINALIZAÇÃO

A população LGBTQIAPN+ vem sendo preterida, marginalizada e estigmatizada como a escória da humanidade. Ainda existem países em que ser homossexual pode ocasionar a pena de morte. De acordo com matéria publicada no portal BBC NEWS Brasil (2023), em 11 países do mundo, as relações homoafetivas podem ser passíveis de condenação, como crime de morte. Em 6 desses países, Arábia Saudita, Brunei, Iêmen, Irã, Mauritânia e Nigéria, a lei é clara, pena capital, sendo penalidades executadas com requintes de crueldade, como forca, decapitação ou apedrejamento.

Atualmente, grande parte da população LGBTQIAPN+ vive tempos em que é preciso fazer uma escolha entre viver sua sexualidade plenamente, à margem da sociedade ou se valer da passabilidade, um conceito popular entre pessoas LGBTQIAPN+, onde indivíduos fingem ser aquilo que a sociedade entende como a "aparência cisgênero ou hétero". Por exemplo,

uma mulher transgênero realiza diversos procedimentos, muitas vezes mutilando o próprio corpo, para parecer uma mulher cisgênero, ou um homem gay, que adota comportamentos interpretados como de um homem hétero, para que ninguém conheça sua orientação sexual.

PATRIARCADO: A DOMINAÇÃO MASCULINA E A LUTA DA MULHER

O patriarcado é definido como a supremacia do homem nas interações sociais, seja na família, em relações econômicas, políticas ou militares. O patriarcalismo provém de uma “tradição” onde o pai controla a família e toma decisões sobre a vida de todos nesse contexto, dizendo o que é correto e ocupando os espaços de poder.

Com o patriarcado foi criada a cultura do machismo, que parte do mesmo preceito, onde o homem é considerado superior a mulher. A cultura machista põe a mulher submissa ao homem, além de objetificar o corpo feminino que, como objeto, acredita que o mesmo deve estar sempre bonito, jovem, agradável e à disposição. Destaca-se, que essa relação não provém do meio natural, mas de uma construção social.

Os seres humanos, enquanto sujeitos históricos, advém de uma criação histórica, entranhada na cultura e no passado de seus antepassados. Logo, o patriarcalismo só existe até hoje, graças a essa construção social e sua perpetuação. Assim, considerando que foi algo construído, a sociedade tem a capacidade e o dever de desconstruir e mudar o cenário.

Ainda vive-se em uma sociedade, em que a mulher é criada como doméstica, frágil e submissa, enquanto os homens, devem adquirir ao longo de sua formação uma masculinidade poderosa, imponente e por muitas vezes agressiva e violenta. Formação essa, que mesmo sendo uma construção social, torna a mulher vítima “natural” do homem opressor.

Não é necessário esforço para observar que as maiores vítimas de violência sexual, psicológica, patrimonial e doméstica são mulheres. Então, questiona-se, por qual motivo, no estado brasileiro, mesmo sendo o grupo majoritário, a mulher tem medo de andar sozinha a noite, de posicionar-se publicamente ou de se candidatar aos cargos políticos? A resposta é simples, patriarcado!

O patriarcalismo e os papéis de gênero se valem de argumentos como “a defesa da honra”, ou seja, o homem espanca a companheira até a morte, baseado no que considera uma vestimenta “inadequada”, indício de um “convite ao abuso”. O patriarcado culpabiliza a vítima.

REFERÊNCIAS

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022**. Acontece Arte e Política LGBTI+; Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em 21 nov. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 4ª edição, 2023. Disponível em: https://forum-seguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/. Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

O GLOBO, Rio Show. **De LGBT a LGBTQIAPN+**: entenda o que significa cada letra da sigla e sua evolução. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rioshow/noticia/2023/06/de-lgbt-a-lgbtqiapn-entenda-o-que-significa-cada-letra-da-sigla-e-sua-evolucao.ghtml>. Acesso em: 03/12/2023.

RENNÓ, Pedro. **Sociedade Patriarcal em Cinco Minutos**. YouTube, 30/08/2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CPepEqWIP3Y&ab_channel=Parab%C3%B3lica. Acesso em 21 nov. 2023.

ROSAS, Paula. **Os países que punem a homossexualidade com pena de morte**. BBC News Brasil, 16 jan 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64252532#:~:text=Em%20seis%20pa%C3%ADses%2C%20a%20lei,%2C%20Ir%C3%A3%2C%20Maurit%C3%A2nia%20e%20Nig%C3%A9ria>. Acesso em: 05/12/2023.



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ALGORITMOS E RACISMO

Roberto Cardoso Freire da Silva

Doutor em Educação (Unesa), mestre em Educação (Unesa), especialista em Inteligência Artificial na Prática (Fameesp), graduado em Propaganda e Marketing (Unesa).

<http://lattes.cnpq.br/5554122156574905>

No limiar da era digital, onde algoritmos de inteligência artificial (IA) passam a moldar a realidade e a percepção humana, emerge a necessidade crítica de explorar e compreender o fenômeno do Racismo Algorítmico. Esta trilha proposta visa desvendar as complexidades envolvidas na criação e implementação de algoritmos e sistemas de IA, enfatizando seus impactos na representatividade e identidade social. Ao delinear a interseção entre tecnologia e sociedade, procura-se fornecer aos alunos um entendimento aprofundado de como as escolhas tecnológicas não são neutras, mas carregadas de dinâmicas políticas, sociais e econômicas que influenciam a formação de nossas realidades digitais e perpetuam aspectos nocivos da sociedade.

A partir de um exame detalhado dos mecanismos de decisão dos algoritmos e da IA, buscaremos elucidar como essas tecnologias, longe de serem meramente ferramentas matematicamente neutras e lógicas, atuam como agentes ativos na reprodução e reforço de desigualdades raciais preexistentes. Desmistificando aspectos relacionados a estas tecnologias, como a Visão Computacional (VC), aprendizado de máquina e os algoritmos, os estudantes serão incentivados a analisar criticamente como os nossos dados são frequentemente descontextualizados e enviesados, colaborando com a marginalização e sub-representação dos sujeitos e de aspectos da sua identidade.

A partir de discussões e estudos de caso trabalhados ao longo da trilha, pretende-se estimular reflexões críticas que possam colaborar com a formação dos estudantes. Ao final do curso, espera-se que os estudantes não apenas compreendam a complexidade das interações entre tecnologia, raça e sociedade, mas que também estejam preparados para contribuir ativamente para um futuro tecnológico mais justo e representativo.

RACISMO ESTRUTURAL NA ERA DIGITAL: VIESES DE DADOS E DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA

Os avanços no campo das tecnologias de dados e a ampliação do acesso à Internet nas últimas décadas, nos levaram a transformações em nosso modo de viver e perceber o mundo (Castells, 2019; Zuboff, 2021). Quando a capacidade das máquinas para a automatização de processos e decisões se ampliou, permitindo que os algoritmos encontrassem seus próprios caminhos a partir de dados, resultando em consequências cada vez mais imprevisíveis, até mesmo para seus projetistas (Coeckelbergh, 2020; silveira, 2017).

Neste cenário datificado, a própria representação do mundo que conhecemos passa a emergir de padrões identificados nos dados, alinhados com os objetivos das bilionárias empresas que definem os algoritmos de IA e suas formas de aprendizado (Han, 2022). É neste contexto que pessoas e grupos sociais podem ser sub-representados ou marginalizados pelas versões virtuais que lhes são atribuídas, construídas a partir de dados frequentemente descontextualizados, enviesados e ressignificados sob diferentes valores (Zuboff, 2021).

Os avanços contínuos nas tecnologias de dados, propiciando diferentes formas de captação e representação de nossas realidades, aliada à falta de transparência no desenvolvimento tecnológico e as relações de poder existentes na sociedade, favoreceu um terreno propício ao Racismo Algorítmico.

A visibilidade crescente deste fenômeno complexo, deve-se sobretudo, às denúncias realizadas por pesquisadoras e ativistas negras ao redor do mundo, que lançando luz sobre a questão, lutam por maior representatividade e equidade social nessas tecnologias.

Ao contrário do que podemos imaginar, a neutralidade tecnológica não é uma perspectiva presente apenas ao imaginário do senso comum, mas que também pode ser compartilhada por profissionais com conhecimento técnico especializado (O'neil, 2020), o que inclui os profissionais da computação (Silva; Carvalho, 2022) promovem valores e visões de mundo daqueles que as projetam, desde proprietários de grandes corporações a profissionais iniciantes de TI. A partir deste contexto, este trabalho apresenta uma pesquisa com graduandos de TI, tendo como recorte o fenômeno Fake News e a ampliação do uso de algoritmos computacionais em diversas atividades humanas. O referencial adotado reúne autores da área de tecnologia e de uma perspectiva problematizadora de educação. Os achados de pesquisa sugerem que a formação específica desses futuros profissionais não implica, necessariamente, uma visão complexa das consequências das tecnologias para as sociedades, aproximando-as do senso comum.”, “container-title”: “Revista e-Curriculum”, “DOI”: “https://doi.org/10.23925/1809-3876.2022v20i4p1826-1847”, “ISSN”: “1809-3876”, “issue”: “4”, “journalAbbreviation”: “e-Curriculum”, “language”: “Português”, “page”: “1826-1847”, “source”: “DOI.org (Crossref. Especialistas em suas práticas e nos recursos utilizados para o desenvolvimento de suas aplicações, que podem ignorar as relações e impactos políticos de suas escolhas (Gillespie, 2018). Assim como os valores incorporados no que decidem produzir.

A pouca diversidade em dados de treinamento de máquina favorece o reconhecimento de padrões da branquitude (Buolamwini, 2023; Noble, 2018). Deste modo, a seletividade de padrões histórico-sociais da branquitude é normalizada e refletida nos dados e algoritmos de aprendizado de máquina, reproduzindo “desigualdades históricas” (Da Silva e Araújo, 2020). São padrões de exclusão marginalizantes que, servindo de filtros de exclusão programados por projetistas majoritariamente brancos, são frequentemente retroalimentados por dados enviesados, limitando a representatividade de grupos, eliminando aspectos culturais de seus contextos e sua própria representatividade.

A baixa representatividade dos diferentes valores e aspectos culturais no desenvolvimento tecnológico, se torna ainda mais preocupante quando observamos

a formação dos profissionais de tecnologia, que tende a não contemplar discussões que colaborem com a formação crítica por aqueles que desenvolvem as plataformas e ambientes tecnológicos que utilizamos (Silva, 2020). Isso geralmente se reflete em um cenário tecnológico focado na criação de soluções presumidamente neutras, adaptadas para variados usos e grupos de usuários, priorizando lucros exponenciais.

Neste processo de enviesamento, que reflete uma sociedade moldada por máquinas, as oportunidades são restringidas tanto virtual quanto fisicamente, com liberdades, direitos e possibilidades sendo injustamente atribuídos com base em representações algorítmicas. São escolhas e possibilidades projetadas a partir de dados de treinamento, que podem reforçar e retroalimentar preconceitos e estereótipos existentes na sociedade, como por exemplo, favorecendo a visibilidade e compartilhamento de conteúdos racistas nas mídias sociais (Silva, 2020).

Com base no contexto apresentado, compreende-se que a transparência e a representatividade são aspectos cruciais no desenvolvimento tecnológico contemporâneo. Desta maneira, destaca-se a urgência de repensar, em conjunto, as práticas de coleta e uso de dados, assim como a necessidade de uma formação crítica para aqueles que desenvolvem e utilizam essas tecnologias. Isso é fundamental para atuar sobre as diferentes dimensões que fortalecem o racismo estrutural, tanto dentro quanto fora dos ambientes virtuais, colaborando para um ambiente tecnológico mais representativo e inclusivo.

REFERÊNCIAS

BUOLAMWINI, Joy. The Algorithmic Justice - League Mission, Team and Story. 2023. Disponível em: <https://www.ajl.org/about>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. trad. Vera Lúcia Mello. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

COECKELBERGH, Mark. Artificial Intelligence, Responsibility Attribution, and a Relational Justification of Explainability. **Science and Engineering Ethics**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 2051–2068, 1 ago. 2020.

DA SILVA, Mozart Linhares; ARAÚJO, Willian Fernandes. Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade. **Educação Unisinos**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 1–20, 2020.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 95–121, 29 jun. 2018.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia : digitalização e a crise da democracia**. trad. Gabriel Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism**. New York: New York University Press, 2018.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia**. trad. Alexandre Werneck. 1. ed. Santo Andre: Rua do Sabão, 2020.

SILVA, Roberto Cardoso Freire da. **A necessária formação crítica de profissionais de tecnologia da informação no contexto de uma sociedade algoritmizada**: reflexões a partir do fenômeno Fake News. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/rcs-d>. Acesso em: 27 nov. 2022.

SILVA, Roberto Cardoso Freire da; CARVALHO, Jaciara De Sá. Algoritmos e Fake News: a importância da formação crítica de graduandos de TI. **Revista e-Curriculum**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 1826–1847, 28 dez. 2022.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Governo dos algoritmos. **Revista de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 267–282, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.



NÃO SER RACISTA OU SER ANTIRRACISTA: HÁ DIFERENÇA?

Gerusa Faria Rodrigues

*Doutora em Educação (UCP), mestre em Educação (UCP),
graduada em Pedagogia (UFJF).*

<https://lattes.cnpq.br/7389856751739873>

Quando os problemas raciais permanecem focalizados nos negros, os privilégios de ser branco não são discutidos, e questões importantes deixam de ser problematizadas, como o constante deslocamento das questões raciais sendo analisadas como exclusivamente problemas de classe – como se ser branco e pobre tivesse o mesmo peso de ser preto e pobre no Brasil (Rodrigues, 2022).

O presente trabalho tem por objetivo discutir as diferenças efetivas entre não ser racista, e ser antirracista, passando por uma apresentação de dados estatísticos que demonstram de forma contundente a presença do racismo na sociedade brasileira, ainda que muitos minimizem a presença deste elemento da constituição das estruturas sociais, e seus efeitos nefastos.

Refletindo sobre a epígrafe apresentada, estes caminhos de discussão devem percorrer e problematizar os privilégios de ser branco, ainda que pertencente às classes sociais mais baixas, e de ser preto pertencente a mesma classe social. E um dos pontos cruciais nesta discussão passa por compreender que a população negra, está em sua maioria nos estratos sociais mais baixos, e são discriminados principalmente por sua raça. Enquanto pessoas brancas e pobres não são discriminadas por sua situação social.

De acordo com Rodrigues (2022), em pesquisa realizada sobre sucesso escolar de estudantes negros do Ensino médio, há diferenças consideráveis entre as situações discriminatórias entre pretos e brancos, como explicitado a seguir:

Ser preto e pobre irá imputar ao sujeito um *déficit* muito maior em todas as áreas da vida: empregos com salários mais baixos, baixa escolarização, menos acesso à saúde e uma exposição muito maior à violência policial, aumentando consideravelmente o risco de ser assassinado. Há pessoas brancas com problemas de ordem econômica e social, certamente, mas o fato de ser branco aumenta as chances de obter empregos melhores, com remuneração mais digna e, conseqüentemente, de ter outros direitos assegurados (Rodrigues, 2022, p. 111).

Estas discrepâncias explicitam que as lutas antirracistas são urgentes, e precisam atravessar todas as esferas sociais, passando pelos espaços educacionais, empresariais, pela sociedade civil, e, principalmente, por políticas públicas de combate ao racismo, e disparadoras de melhorias na qualidade de vida desta população.

No Brasil, existe o que a autora e pesquisadora Cida Bento denominou pacto narcísico da branquitude, que pode ser compreendido no trecho a seguir:

O pacto narcísico é isso, é olhar para um país como o Brasil e perceber, em todo o tipo de organização, que as lideranças são brancas. O Judiciário, o Executivo, o Legislativo, as grandes empresas, as organizações da sociedade civil, as esquerdas, as direitas e o centro são brancos. E tem um jeito de assegurar a presença branca contínua, que é o fortalecimento, a preferência silenciosa e profundamente ideológica de iguais (Bento, 2020, p.18).

Deste modo, quando se assume uma postura de não ser racista, os sujeitos não praticam atos de preconceito ou discriminação racial, porém, não adotam posturas combativas ao racismo. Quando se observa que não há incômodos de que todas as lideranças, cargos de destaque são exercidos por pessoas brancas, há uma manutenção do pacto narcísico, perpetuando a estrutura racista existente, e são estas diferenciações que o texto busca discutir, assim, como apresentar caminhos possíveis para ações antirracistas efetivas.

REFERÊNCIAS

BENTO, M. A. **Branquitude**: racismo e antirracismo. (Livro eletrônico). 1ª ed. São Paulo: Instituto Ibirapitanga. 2020.

RODRIGUES, G. F. **“ESTRANHOU O QUÊ? PRETO PODE TER O MESMO QUE VOCÊ”**: Um estudo sobre trajetórias escolares de estudantes negras e negros do Ensino médio de um Colégio da rede estadual em Petrópolis/RJ. 2022. (Tese de Doutorado) – Universidade Católica de Petrópolis, Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação, Petrópolis, 2022.



QUEM SÃO OS POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL?

Ana Cristina Borges López M. Francisco

*Doutora em Educação (UCP), mestre em Educação (UCP),
graduada em Direito (UCP) e licenciada em História (Unopar).
<http://lattes.cnpq.br/1761959213132415>*

Você já assistiu o filme “A Missão”?

Baseado em fatos reais, mostra a crise nas relações entre a Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus, Missão de São Carlos, os jesuítas em missões jesuíticas. Nesse filme, os jesuítas são convocados a defender sua permanência numa corte, que seria analisada por um funcionário da Coroa portuguesa. O território ocupado pelas missões estava prestes a pertencer aos espanhóis, que podiam escravizar os índios, ao contrário dos portugueses, mas os destinos dos envolvidos já estavam traçados e, infelizmente, todos foram dizimados.

Esse é um dos caminhos que seguiremos nesta Trilha. “Povos originários” é o termo atribuído a grupos cujos antepassados foram os primeiros a ocupar determinado território, possuindo assim uma estrutura social e cultura distintas. Esses grupos também são conhecidos como povos indígenas. No contexto brasileiro, os povos originários referem-se àqueles que habitavam o país antes da chegada dos europeus, ou seja, os indígenas. Estima-se que milhões de indígenas viviam no Brasil na época do descobrimento, divididos em quatro grupos linguístico-culturais: tupi, jê, aruaque e caraíba.

Os povos indígenas do Brasil representam os habitantes originais do território brasileiro, presentes antes da chegada dos europeus no final do século XV. A diversidade de povos indígenas no Brasil é vasta, e de acordo com os dados do Censo de 2022, a população indígena é aproximadamente de 1,6 milhão.

Os povos indígenas no Brasil enfrentam diversos desafios, incluindo a demora na demarcação de terras indígenas e a invasão ilegal dessas terras por garimpeiros e madeireiros. Segundo o Censo de 2022, o número total de autodeclarados indígenas foi de 1.693.353, representando cerca de 0,83% da população brasileira. A autodeclaração é o método utilizado pelo IBGE e pela Funai para identificar os indígenas no Brasil, e o monitoramento da população indígena é uma atividade contínua realizada por esses órgãos.

Na região costeira do Brasil, onde os primeiros contatos com os portugueses ocorreram, encontramos os grupos indígenas de língua tupi, que incluem tribos como tamoio, guarani, tupiniquim, tabajara, entre outras menos conhecidas. Naquele momento, os tupis estavam recentemente estabelecidos na costa, deslocando para o interior as tribos não tupis. Era crucial para os colonizadores europeus manter relações amigáveis e alianças com os grupos dominantes da região para assegurar uma colonização pacífica do Brasil.

Atualmente, os povos indígenas no Brasil enfrentam diversos desafios, incluindo a demora na demarcação de terras indígenas e a invasão ilegal dessas terras por garimpeiros

e madeireiros. Segundo o Censo de 2022, o número total de autodeclarados indígenas foi de 1.693.353, representando cerca de 0,83% da população brasileira. A autodeclaração é o método utilizado pelo IBGE e pela Funai para identificar os indígenas no Brasil, e o monitoramento da população indígena é uma atividade contínua realizada por esses órgãos. Além disso, fatores como a vinculação histórica com o território, a existência de sistemas sociais distintos da sociedade nacional e a vinculação com outros indígenas também são relevantes.

A diversidade dos povos indígenas significa que cada povo possui um idioma diferente, bem como formas distintas de organização social, política e econômica, além de tradições e crenças religiosas próprias. No entanto, também pode haver pontos em comum entre diferentes povos indígenas. Infelizmente, uma parte considerável desses povos e idiomas está sob risco de desaparecimento permanentemente.

Esperamos você nesta Trilha para debatermos mais sobre o assunto e, juntos, produzirmos conhecimento e boas produções.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>



TRILHAS INSUBMISSAS: INTERLOCUÇÕES COM O PENSAMENTO DECOLONIAL PARA REAPRENDER O MUNDO

Daise dos Santos Pereira

*Doutoranda em Educação (PUC-Rio), mestre em Ensino (UFF),
graduada em Pedagogia (UFF).*

<https://lattes.cnpq.br/8553909502885050>

Este texto busca compartilhar reflexões e apontar os caminhos que levaram a construção da Trilha “DECOLONIZAR. É POSSÍVEL PENSAR E VER O MUNDO DE OUTRA FORMA?” no âmbito das disciplinas institucionais. Tema instigante e imperioso, sobretudo quando se discute no interior de instituições que historicamente tiveram seus tempos-espacos forjados em estruturas epistêmicas ocidentalizadas e reducionistas da diversidade de conhecimento e saberes existentes no mundo.

Ao trazer para o debate acadêmico uma perspectiva contra hegemônica como o pensamento decolonial, colocamos em questão privilégios e estruturas de conhecimento provincianas e camufladas de universais, como diria o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2016). Neste horizonte, esta trilha é elaborada em diálogo com intelectuais latino-americanos do Grupo Modernidade/Colonialidade, bem como com intelectuais brasileiros, sobretudo pessoas negras e indígenas que têm ampliado o sentido do decolonial e possibilitado a rasura de ideias e de autoridades do conhecimento instituídas como únicas.

Assim, as conversas vão se aproximando do pensamento decolonial a partir de um convite aos filósofos e intelectuais brasileiros Marilena Chauí (2000) e o Ailton Krenak (1999). Ambos nos conduzem à desconstrução de paradigmas e à busca por outras narrativas relacionadas à construção da sociedade brasileira, para além da história oficial do “Descobrimento do Brasil”. Seguimos alargando os caminhos com a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie⁴ que alerta sobre as lacunas existentes em histórias que valorizam um lugar único de enunciação, resultando no difícil reconhecimento de uma humanidade compartilhada.

A trilha avança com uma metáfora e indagação que podem nos servir de cartilha para os enfrentamentos cotidianos: seria verdade que ao contrário dos pássaros, os seres humanos alçam voos com os conceitos que herdamos? Se isso é fato, com quais conceitos temos lançado mão para olhar o mundo criticamente e buscar fissuras em direção a mudanças? Na tentativa de responder a pergunta, sem a pretensão de esgotar as respostas, nos debruçamos sobre as principais noções e conceitos compartilhados pelos fundadores do grupo Modernidade/Colonialidade, a saber: a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza (WALSH, 2023). Essa análise é ampliada a partir dos estudos de autores brasileiros (OLIVEIRA E CANDAU, 2010; BALLESTRIN, 2013; BERNARDINO-COSTA, 2020, 2023) que vem se debruçando sobre o tema nas duas últimas décadas.

4 Ver “O perigo da história única” em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt>

Para finalizar o que chamo neste texto de trilhas insubmissas, apresento mais uma referência literária e acadêmica, com trajetória forjada em contexto de luta contra formas de opressão, como o capitalismo, o patriarcado e o colonialismo. Seu nome é Carolina Maria de Jesus e o encontro com ela é daqueles com potencial pedagógico, capaz de ensinar sobre táticas de resistência em uma sociedade que olha apenas para a sobrevivência dos mais vulnerabilizados, e dificilmente para a sua existência digna e seu bem viver. Bom, se você não a conhece, ela vai se apresentar:

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre.
(JESUS, 2013)

Quem deve dirigir [o país] é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é a dor e a aflição do pobre. (...) Precisamos livrar o Brasil dos políticos açambarcadores.
(JESUS, 2013)

O encontro com Carolina de Jesus é um chamado a decolonizar a vida, sobretudo pelo pensar militante (OLIVEIRA, 2018) que ela nutriu ao longo de sua existência. Na busca de ampliar o sentido de decolonialidade, o compartilhamento de sua trajetória pareceu-nos acertado nesta trilha institucional que objetivou propor caminhos críticos para pensar e ver o mundo de outra forma.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira De Ciência Política, 89–117, 2013.** Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>> Acesso em: 10/12/2023.

BERNARDINO-COSTA et al. **Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico.** 2ª Ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Colonialidade.** In: RIOS, Flávia et al. Dicionário das relações étnico-raciais contemporânea. 1ª Ed. São Paulo. Perspectiva, 2023.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

GROSGOUEL, R. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.** Soc. estado. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003> Acessado em: 02/03/24.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada.** São Paulo: Abril Educação, 2013.

KRENAK Ailton. **O eterno retorno do encontro**. Novaes, Adauto (org.). A Outra Margem do Ocidente, Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999. Link de acesso: < https://pib.socioambiental.org/pt/O_eterno_retorno_do_encontro >

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Educação e Militância Decolonial**. Editora Selo Novo, 2008.

OLIVEIRA, LF de; CANDAU, VMF. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Educ. ver. (26), 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>
Acessado em: 18/12/24.

WALSH, Catherine. Agrietar la Uni-versidad – **Reflexiones interculturales y decoloniales por/para la vida**. Universidad Pedagógica Nacional, Lengua de Gato Ediciones, 2023.



UMA INTRODUÇÃO AO CONSUMO SUSTENTÁVEL

Juliana Müller

*Doutora em Comunicação (PUC-Rio),
mestre em Comunicação (PUC-Rio), graduada em Jornalismo (PUC-Rio).
<http://lattes.cnpq.br/4276399748078761>*

PRIMEIRO PASSO: ENTENDENDO O CONSUMO

O consumo sustentável é o foco deste texto. Porém, para entender as suas particularidades, e as formas pelas quais é atualmente aplicado como estratégia de negócio, precisamos, antes, abordar de forma mais generalista o conceito de consumo; em especial, como profissionais de áreas como comunicação ou marketing devem encarar práticas de consumo como parte das relações sociais, como formadoras de identidade, e como criadoras de cercas ou pontes entre diferentes grupos sociais. Entender o comportamento do consumidor, suas preferências e hierarquia de valores, nos ajuda a compreender o funcionamento da sociedade contemporânea. E compreender a sociedade, por sua vez, é fundamental para o desenvolvimento de produtos, serviços e estratégias eficientes, que façam sentido para um número relevante de pessoas – o que contribui para o sucesso de um negócio.

São justamente as ideias de que padrões de consumo revelam características das sociedades, e de que o consumo contribui para criar cercas ou pontes entre diferentes grupos sociais, que a antropóloga britânica Mary Douglas explora no livro *O Mundo dos Bens*. É considerado uma referência nos estudos do consumo, ao abrir caminho para o entendê-lo não somente como uma atividade econômica e necessária à sobrevivência mas, principalmente, enfatizar a sua função social. Diz Mary Douglas: “Quando se trata de manter uma pessoa viva, a comida e a bebida são necessárias como prestações físicas; mas, quando se trata da vida social, são necessárias para ativar a solidariedade, atrair apoio, retribuir gentilezas, e isso vale tanto para os pobres quanto para os ricos.”

Referência mais recente (2007) em estudos do consumo, o artigo *Consumo como cultura material*, do antropólogo inglês Daniel Miller, revisita algumas das razões pelas quais o consumo muitas vezes é abordado de forma negativa, através do que o autor define como “preconceito antimaterial”; o autor alega que as pessoas sempre precisaram consumir bens, e isso não necessariamente fere a sua moral ou crenças espirituais; ou tampouco daria fim a determinados recursos naturais – o artigo sugere, inclusive, que esta última crítica poderia ser dirigida a outros fatores, tais como a processos inadequados muitas vezes utilizados na produção que, possivelmente, se tornariam mais eficientes, caso fossem melhor explicitados, e assim influenciassem de forma mais ativa o poder de decisão do consumidor.

CONSUMO X CONSUMO SUSTENTÁVEL

A atenção ao processo produtivo é justamente um diferencial do conceito de consumo sustentável frente ao conceito mais generalista do consumo: enquanto no conceito tradicional do consumo o foco é voltado ao processo de aquisição de produtos, e de consequentes mapeamentos de comportamentos do consumidor e de formação de relações sociais possibilitadas por tal aquisição, ao consumo sustentável muito importa, também, a forma como um item é produzido: a quantidade de recursos naturais dispendidos, quem foram as pessoas que estiveram na linha de frente de sua produção e se lhe proporcionaram condições dignas de trabalho, a durabilidade e a qualidade do produto, bem como o seu potencial de reutilização e de reciclagem.

Se o consumo, por si só, já proporciona ao cidadão o poder de escolha do que, como, quando e onde consumir, e com quem compartilhar, o consumo sustentável traz a oportunidade de potencializar ainda mais esse “poder”, na medida em que dá voz aos consumidores, de forma ainda mais ativa, para passar a seguinte mensagem de que pode e deve privilegiar o consumo de produtos e serviços oferecidos por empresas que se mostram efetivamente preocupadas com o bem-estar geral, através de ações como o descarte correto de resíduos e o uso mais eficiente possível de recursos naturais.

Há uma série de outras ideias que se conectam ao conceito de consumo sustentável, seja através de estudos técnicos, de estratégias de marketing e de comunicação, como também do próprio senso comum. Por exemplo, as de que cada consumidor deve: estender a vida útil dos produtos tanto quanto possível; gerar menos lixo e reciclar; priorizar o consumo de itens produzidos localmente em detrimento do consumo e valorização de marcas globais; fazer uso compartilhado de objetos de uso esporádico (tais como ferramentas para pequenos consertos na residência); e evitar desperdícios domésticos de alimentos, água e energia elétrica.

CONSUMO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS DE AMPLIFICAÇÃO

Para ofertar produtos e serviços que façam sentido para o consumidor, é fundamental entender a sociedade, seus valores, e as mudanças que nela ocorrem ao longo do tempo. Nesse sentido, é notável que, nas últimas décadas, vem se tornando cada vez mais recorrente na população mundial a preocupação com a sustentabilidade. É fato que tal preocupação se desdobra em diferentes níveis e escalas regionais, com alguns países bem mais à frente do que outros, no que diz respeito a incentivos ao consumo sustentável, mas também é fato que a consumo sustentável se impõe, atualmente, como uma tendência global, embora ainda enfrente desafios para conquistar mais consumidores, ganhar escala e abrangência. Entre estes: preços mais elevados do que os de seus concorrentes “convencionais”; desconhecimento sobre processos produtivos sustentáveis, ainda pouco tangíveis para o consumidor; e o desafio da mudança de hábito: fazer com que o consumidor se proponha a mudar a sua rotina, a experimentar uma nova marca, uma nova forma de se locomover, de se alimentar, de se vestir. Consumo sustentável, portanto, presume mudanças de atitudes e hábitos por parte do consumidor.

Concluimos, assim, que o consumo sustentável é uma nova tendência de consumo, que vem ganhando amplitude global e que tem o diferencial da preocupação com o processo produtivo, frente à ideia do consumo convencional; e que apresenta potencial para impactar positivamente o bem-estar da população mundial, no longo prazo, mas ainda enfrenta desafios importantes de implementação em uma escala mais ampla e global.

REFERÊNCIAS

DOUGLAS, M. ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

MILLER, D. Consumo como cultura material. In: **Horizontes Antropológicos**: Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul /dez. 2007.



VIVEMOS EM UM PAÍS RACISTA? DA ESCRAVIDÃO AO RACISMO ESTRUTURAL

Gerusa Faria Rodrigues

*Doutora em Educação (UCP), mestre em Educação (UCP),
graduada em Pedagogia (UFJF).*

<https://lattes.cnpq.br/7389856751739873>

*Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano.
Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus.
Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que,
quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é mé-
dico; educadíssimo, culto, elegante, e com feições tão finas... nem parece preto.
Lélia Gonzales, 1984.*

O trabalho apresentado tem por objetivo discutir o processo de construção do racismo brasileiro, que apresenta suas peculiaridades, se comparado a outros países onde houve segregação racial formal, como os Estados Unidos e a África do Sul. E, em decorrência desta falta de segregação oficial, por longos períodos os brasileiros acreditaram e propagaram “o mito da democracia racial”.

De acordo com Nascimento (1978), em seu livro “Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado”, os brancos da sociedade brasileira usavam como uma de suas justificativas, para a defesa de que vivíamos em uma democracia racial o seguinte argumento, que apresento a seguir:

Há ainda outra lenda justificadora da tese da “democracia racial” no Brasil: ela se localiza na mistificação da sobrevivência cultural africana. Este fundamental argumento se reveste de grave perigo pois seu apelo tem sido sedutor, e capaz de captar amplo e entusiástico suporte. Postula o mito que a sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido o resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e escravos. Canções, danças, comidas, religiões, linguagem, de origem africana, presentes como elemento integral da cultura brasileira, seriam outros tantos comprovantes da ausência de preconceito e discriminação racial dos brasileiros “brancos” (Nascimento, 1978, p. 55).

A tese postulada por Nascimento, apesar de transcorridos tantos anos, se mantém atual, e serve de justificativa para a suposta ausência de racismo no país. Outro dado facilmente refutado, diz respeito à benevolência dos senhores com os escravizados, pois, é sabido sobre o violento processo de escravização, e que as relações não eram cordiais, ou mesmo humanizadas.

Deste modo, o material apresentado, busca rememorar este percurso histórico, mas, principalmente, os movimentos de resistências dos negros durante o período de escravização, bem como no pós escravização. Organizações que deram origem aos movimentos negros, as lutas contra o racismo, e, na compreensão de como se processa o racismo estrutural.

Outro ponto de destaque do material, é o aprofundamento dos conceitos de raça, e a estreita relação com o racismo estrutural, que tomo como ponto de partida o conceito elaborado, e amplamente discutido pelo Professor, e agora Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio de Almeida, que faz a análise do termo com base nas relações e estruturas sociais, definição que exponho a seguir:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra, e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (Almeida, 2018, p. 35).

Refletindo sobre o exposto, o racismo faz parte da sociedade, e está entranhado em toda teia de relações, e, para eliminá-lo, se é que isto é possível, é fundamental que uma profunda compreensão do problema ocorra, é um dos meios, é promovendo um amplo debate na sociedade. Deste modo, este material tem como propósito, ser o disparador destas discussões, de modo a instigar os leitores a aprofundar o tema, buscando mais leituras, estudos e discussões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.



VIVEMOS NUMA DEMOCRACIA?

Tainah Simões Sales Thiago

*Doutora em Direito (UFC), mestre em Direito (UFC),
graduada em Direito (Unifor)*

<http://lattes.cnpq.br/5007416477494880>

Nesta trilha, abordamos um tema importantíssimo em nossa sociedade: a democracia. Sabe-se que a democracia normalmente está relacionada ao direito ao voto, mas será que seria possível restringir a democracia a esta característica na atualidade? Será que há democracia em um país cujos cidadãos escolhem os seus representantes porém não há liberdade de expressão ou de imprensa? Que elementos compõem o conceito de democracia no século XXI? O que mudou, de quando este regime foi criado (na Grécia Antiga, há mais de 2.000 anos), para a contemporaneidade? Estas são algumas perguntas que discutiremos ao longo desta trilha.

Objetivamos não apenas responder a estas questões, mas provocar a reflexão a respeito desta temática tão importante, que diz respeito a todos nós não apenas enquanto cidadãos, mas também enquanto profissionais. O regime democrático permite que todos tenhamos acesso a informação, garante a liberdade da manifestação de pensamento e o livre exercício profissional.

A democracia é um meio para que o Estado possa atingir seu fim, qual seja, manter a ordem social (DALLARI, 2013). Trata-se de um regime político em que a direção geral dos interesses coletivos compete à maioria do povo, segundo convenções e normas jurídicas que assegurem a participação efetiva dos cidadãos, baseando-se no reconhecimento e na garantia de direitos fundamentais da pessoa humana para todos os indivíduos, inclusive os que fazem parte de grupos minoritários.

Segundo Ana Paula de Barcellos (2022), a palavra “democracia” tem origem grega e significa “Governo” (kratos) “do povo” (demo). Na realidade, não só a origem da palavra é grega, mas a do próprio regime político em si. Historicamente, remonta-se a origem da democracia à organização das cidades-estado (polis) gregas, do século VI a.C. A democracia era exercida diretamente pelos que eram considerados cidadãos. Atualmente, sabe-se que esta é exercida indiretamente, isto é, por meio de representantes eleitos pelo povo.

Um ponto importante de discussão na atualidade, envolvendo a temática da democracia, é o estabelecimento de limites à liberdade de expressão. Seria possível limitar a liberdade de expressão ou isto seria configuração de censura, um instituto típico de regimes autoritários?

Inicialmente, há de se ressaltar: não existe nenhum direito fundamental absoluto. Todos os direitos fundamentais, por mais importantes que sejam, podem sofrer limitações para resguardar outros direitos fundamentais que estão em jogo. Vejamos um exemplo: a

liberdade de expressão é um direito fundamental. Mas não é possível fazer uso desta liberdade de expressão para atacar outro ser humano por meio do discurso de ódio, por exemplo, ou praticar crimes como injúria, calúnia ou difamação. Assim, não há direito fundamental absoluto, ou seja, é possível a existência de restrições a esses direitos, criadas pelo ordenamento jurídico interno de cada país, no intuito de preservar a harmonia do sistema jurídico e a concretização de outros direitos fundamentais, como a honra e os direitos de personalidade, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro, Forense, 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.